PAULO **OSTERNACK** AMARAL

Manual das PROVAS CÍVEIS

Londrina/PR 2023





© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR. www.editorathoth.com.br contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: o autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago

Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur

Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antènio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo •sna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Amaral, Paulo Osternack,
Manual das Provas Cíveis / Paulo
Osternack Amaral. — Londrina, PR:
Thoth, 2023.

235 p. Bibliografias: 229-235 ISBN 978-65-5959-415-3

1. Prova. 2. Processo civil. I. Título.
575 1232173

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização, A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR	7
AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
A IDEIA DO MANUAL E A SUA ESTRUTURA	25
CAPÍTULO 1	
TEORIA GERAL DA PROVA	27
1.1 Conceito de prova	27
1.2 Objeto da prova	28
1.3 Poderes instrutórios do juiz	28
1.4 Princípio da comunhão das provas	30
1.5 Livre convencimento motivado	30
1.6 Dever de colaboração na atividade probatória	33
1.7 Dever de motivação na análise da prova	35
1.8 Ônus da prova	37
1.8.1 Definição	37
1.8.2 Distribuição do ônus da prova	38
1.8.3 Inversão do ônus da prova	39
1.8.4 Momento da inversão do ônus da prova	40
1.8.5 Distribuição dinâmica do ônus da prova	41
1.9 Prova Emprestada	43
1.9.1 Definição	43
1.9.2 Cabimento	43
1.9.3 As provas passíveis de serem emprestadas	44
1.9.4 Valoração da prova emprestada	45
1.9.5 O respeito ao contraditório	
1.9.6 A prova emprestada deve ter sido produzida em ambiente jurisc	dicional.47
1.10 Provas Atípicas	
1.11 Quadro resumo	52

CAPÍTULO 2	
PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	55
2.1 Definição	55
2.2 Cabimento	56
2.3 Competência	59
2.4 Petição inicial	60
2.5 Citação e restrição ao cabimento de defesa ou de recurso	62
2.6 Reconvenção	64
2.7 Sentença	65
2.8 Sucumbência	66
2.9 Quadro resumo	68
CAPÍTULO 3	
ATA NOTARIAL	69
3.1 Definição	69
3.2 Cabimento	70
3.3 Valor probatório	71
3.4 Eventual repetição da prova em juízo	71
3.5 Quadro resumo	72
CAPÍTULO 4	
DEPOIMENTO PESSOAL	73
4.1 Definição	73
4.2 O depoimento pessoal e o interrogatório	73
4.3 Legitimidade para requerer o depoimento pessoal	74
4.4 Incidência da pena de confesso	75
4.5 Procedimento	77
4.6 Parte residente fora da comarca: carta ou videoconferência	77
4.7 Ônus de depor	78
4.8 Espontaneidade do depoimento	79
4.9 Exceção: legítima recusa ao ônus de comparecer e depor	
4.10 Inaplicabilidade da justa recusa às ações de estado e de família	80
4.11 Quadro resumo	80
CAPÍTULO 5	
CONFISSÃO	83
5.1 Definição	83
5.2 Confissão judicial e extrajudicial: definição e eficácia probatória	84
5.3 Confissão espontânea e provocada	
5.4 Confissão espontânea realizada pela parte ou por representante	85

5.5 Confissão e litisconsórcio	85
5.6 Limitação à confissão	86
5.7 Validade e eficácia da confissão	87
5.8 Capacidade para confessar	87
5.9 Irrevogabilidade da confissão	87
5.10 Anulação da confissão	88
5.11 Indivisibilidade da confissão: regra geral	88
5.12 Exclusão da indivisibilidade da confissão	
5.13 Quadro resumo	89
CAPÍTULO 6	
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	
6.1 Definição	
6.2 Legitimidade da parte para requerer a exibição	
6.3 Ordem de exibição por iniciativa do juiz	
6.4 Documento ou coisa	
6.5 Justificativa do pedido de exibição	
6.6 Descrição do documento ou da coisa, ou das categorias de docu	
ou de coisas buscados	
6.7 Finalidade da prova	
6.8 Indícios da existência e posse do documento ou da coisa	
6.9 Procedimento da exibição contra a parte	
6.10 Regra geral: dever de exibir	96
6.11 Ônus da prova e hipóteses de recusa pela parte e pelo terceiro	97
6.12 Limites à recusa do dever de exibir	98
6.13 Recusa injustificada de exibição pela parte: consequências	99
6.14 Mecanismos sancionatórios e superação da Súmula 372 do STJ	99
6.15 Pedido de exibição contra terceiros	100
6.16 Procedimento da exibição em face de terceiro	101
6.17 Recusa injustificada pelo terceiro	101
6.18 Recusa parcial: exibição parcial	102
6.19 Decisão acerca do incidente	102
6.20 Quadro resumo	102
CARÍTELLA O E	
CAPÍTULO 7	105
PROVA DOCUMENTAL	
7.1 Definição de documento	
7.2 Documentos e instrumentos	
7.3 Documento e prova documental	
7.4 Documento público e documento particular	107

7.5 Autoria material e autoria intelectual do documento publico	08
7.6 Força probante do documento público1	08
7.7 A exigência de instrumento público para a validade do ato 1	09
7.8 A impossibilidade de suprimento do vício por outras provas	09
7.9 Eficácia particular do documento público irregular 1	10
7.10 Documento particular e a relevância da assinatura 1	10
7.11 Eficácia probatória do documento particular	10
7.12 Os efeitos do registro público do documento particular 1	11
7.13 Incerteza quanto à data do documento particular 1	11
7.14 Autoria material e intelectual do documento particular 1	12
7.15 Autoria do documento particular	13
7.16 A autenticidade do documento particular 1	13
7.17 Ausência de impugnação e presunção de autenticidade	14
7.18 A indivisibilidade do documento particular 1	
7.19 A eficácia probatória dos meios de transmissão de dados 1	15
7.20 Os protocolos via fax	16
7.21 Presunção de conformidade com o original1	16
7.22 Cartas e registros domésticos	17
7.23 Eficácia probatória de anotação em documento	
7.24 Os livros empresariais	18
7.25 A força probante dos livros em favor do comerciante	19
7.26 Indivisibilidade da escrituração	2 0
7.27 A impugnação da escrituração	120
7.28 Exibição integral de livros comerciais e documentos	120
7.29 A exibição parcial dos livros e documentos	21
7.30 Reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas	22
7.31 Reproduções e documentos originais: equiparação da eficácia 1	124
7.31.1 Certidões, traslados e reproduções	124
7.31.2 Documentos em língua estrangeira	124
7.31.3 As reproduções realizadas pelos entes públicos e a dispensa	
autenticação pelo Poder Público	
7.31.4 A declaração de autenticidade pelo advogado	125
7.31.5 A eficácia probatória dos documentos mantidos em meio digital 1	126
7.32 Documento com entrelinha, emenda, borrão ou cancelamento 1	126
7.33 Eliminação da fé do documento público ou particular	127
7.34 Especificamente sobre a eliminação da fé do documento particular . 1	128
7.35 Ônus da prova para alegar defeito no documento	128
7.36 Quadro resumo	29

8.1 Momentos para a arguição de falsidade	CAPÍTULO 8
8.2 Legitimidade e ônus da prova da arguição	ARGUIÇÃO DE FALSIDADE DOCUMENTAL133
8.3 Possibilidade de arguição de ofício	8.1 Momentos para a arguição de falsidade
8.4 Espécies de falsidade passíveis de arguição	8.2 Legitimidade e ônus da prova da arguição134
8.5 Oitiva da parte contrária	8.3 Possibilidade de arguição de ofício
8.6 Silêncio da parte em relação ao documento	8.4 Espécies de falsidade passíveis de arguição
8.7 Decisão sobre a arguição: questão incidental ou questão principal	8.5 Oitiva da parte contrária
CAPÍTULO 9 PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	8.6 Silêncio da parte em relação ao documento
CAPÍTULO 9 PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	8.7 Decisão sobre a arguição: questão incidental ou questão principal 136
PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	8.8 Quadro resumo
9.1 Momento da produção da prova documental: a regra geral	CAPÍTULO 9
9.2 Admissibilidade da juntada posterior de documentos	PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL139
9,3 O respeito ao contraditório	
9.4 Quadro resumo	•
CAPÍTULO 10 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	•
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	9.4 Quadro resumo
10.1 Definição	
10.2 Utilização de documentos eletrônicos no processo convencional 143 10.3 Verificação da autenticidade do documento eletrônico	
10.3 Verificação da autenticidade do documento eletrônico	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
10.4 Poderes instrutórios do juiz e livre convencimento motivado	
10.5 Contraditório acerca do documento eletrônico	
10.6 Flexibilidade acerca da apresentação dos documentos eletrônicos	,
10.7 Conservação dos documentos eletrônicos	
10.8 Quadro resumo	
CAPÍTULO 11 PROVA TESTEMUNHAL	
PROVA TESTEMUNHAL	10.8 Quadro resumo
11.1 A testemunha, a prova testemunhal e o testemunho	
11.2 Ampla admissibilidade da prova testemunhal	
11.3 Restrições à prova testemunhal	•
11.4 Controle sobre a admissibilidade da prova testemunhal: poderes instrutórios do juiz	
instrutórios do juiz	
11.5 Inadmissibilidade da prova testemunhal sobre fatos já provados 154 11.6 Inadmissibilidade da prova testemunhal sobre fatos que exijam prova documental	
11.6 Inadmissibilidade da prova testemunhal sobre fatos que exijam prova documental	·
documental	•
	•
	11.7 Inadmissibilidade da prova testemunhal sobre fatos que exijam

	conhecimento técnico	156
	11.8 Prova testemunhal quando houver início de prova escrita da ob	rigação.156
	11.9 Prova testemunhal nos casos de impossibilidade moral ou m	aterial de se
	obter a prova escrita da obrigação	157
	11.10 Prova testemunhal para provar simulação e vícios de consent	imento.159
	11.11 Sujeitos que não podem depor como testemunhas	160
	11.11.1 Regra geral: todas as pessoas podem depor como testemo	ınha 160
	11.11.2 Incapazes de depor como testemunha	161
	11.11.3 Impedidos de depor como testemunha	163
	11.11.4 Suspeição para depor como testemunha	164
	11.11.5 Excepcionalmente: depoimento das testemunhas menores	, impedidas
	ou suspeitas	165
	11.12 Escusas legítimas ao dever da testemunha de depor	166
	11.12.1 Regra geral: dever de colaborar com a atividade probatéri	a 167
	11.12.2 Grave dano à testemunha e a seus familiares	167
	11.12.3 Dever de sigilo dos representantes religiosos	167
	11.12.4 Dever de sigilo do advogado: nuances	168
	11.13 Produção da prova testemunhal	169
	11.13.1 Deferimento da prova testemunhal na decisão de saneam	ento 169
	11.13.2 Especificamente sobre o rol de testemunhas	171
	11.13.3 Desistência da testemunha arrolada	
	11.13.4 Indicação do juiz como testemunha	
	11.14 Local do depoimento da testemunha	173
	11.14.1 Regra geral: oitiva da testemunha na audiência de	
	julgamento na sede do juízo	173
	11.14.2 Exceções legais ao dever de depor na sede do juízo	
	11.14.3 Comunicação da testemunha acerca da audiência	
	11.14.4 Ordem de oitiva das testemunhas	
	11.14.5 A inquirição da testemunha	177
	11.14.6 Oitiva de testemunha referida	179
	11.14.7 Acareação	180
	11.15 Quadro resumo	180
	,	
	APÍTULO 12	
PI	ROVA PERICIAL	
	12.1 Definição	
	12.2 Cabimento	
	12.3 Especificamente sobre a "prova técnica simplificada":	
	técnica	
	12.4 Dispensa da prova pericial	188

12.5 Nomeação do perito pelo juiz	189
12.6 Substituição do perito	192
12.7 Perícia que demande conhecimento em mais de uma área	193
12.8 Perícia acerca de documento ou de natureza médico-legal	193
12.9 Honorários periciais	194
12.10 Escolha consensual do perito	196
12.11 Procedimento	198
12.12 Requisitos do laudo pericial	201
12.13 Valoração da prova pericial	202
12.14 Realização de nova perícia	203
12.15 Quadro resumo	204
CAPÍTULO 13	
INSPEÇÃO JUDICIAL	207
13.1 Definição	207
13.2 Hipóteses de cabimento	207
13.3 Proposição da prova	209
13.4 Momento	210
13.5 Procedimento	210
13.6 Quadro resumo	211
CAPÍTULO 14	
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	213
14.1 Definição	213
14.2 Caraterísticas essenciais da audiência	213
14.2.1 Direção pelo juiz	213
14.2.2 Publicidade	214
14.2.3 Unicidade da audiência	214
14.3 Abertura da audiência	215
14.4 Tentativa de autocomposição	216
14.5 O exercício de poder de polícia pelo juiz	217
14.6 A ordem dos depoimentos	
14.7 Hipótese de adiamento da audiência	220
14.8 Alteração da data da audiência	222
14.9 Debates orais ou razões finais escritas	222
14.10 Prolação de sentença	224
14.11 Documentação da audiência	
14.12 Quadro resumo	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229